

Apresentação do Dossiê *Filosofia Brasileira: entre a história e a construção*

Presentation of the Dossier *Brazilian Philosophy: between history and construction*

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1284>

Por que se multiplicam os dossiês sobre Filosofia Brasileira nos últimos tempos? Essa não é uma questão retórica. Desde 2012, no Brasil e no exterior (nomeadamente, na França, Ucrânia, Itália), somam-se mais de duas dezenas de dossiês. Há razões exógenas e endógenas que justificam verdadeiramente essas publicações.

As razões exógenas, sobretudo dos dossiês estrangeiros, é que parece haver uma mudança quanto ao que possa significar a filosofia entre nós, isto é, de certa forma, estaria ela recebendo algum reconhecimento por parte do leitor externo. Talvez caminhando em direção à redução do insulamento em que, historicamente, sobrevive nosso pensamento.

As razões endógenas são de três ordens: a primeira pode ser a menos nobre, por isso a razão de tantos dossiês seria apenas o fato de o tema estar na moda, então diversas pessoas se colocam na fila para demarcarem suas posições; a segunda pode ser a mais nobre: firmar posição frente às políticas de desprofissionalização e desinstitucionalização do ensino de filosofia. Sem precisar ir longe, recorde-se o Parecer CNE/CEB Nº 22/2008 (MEC), assinado por Cesar Callegari, que foi favorável à “implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio”. O efeito nas demandas por vagas nas respectivas licenciaturas e a busca por qualificação trouxe resultados positivos na primeira metade da década passada. Diversamente, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (2017), cuja Comissão da BNCC do

Conselho Nacional de Educação foi presidida por Cesar Callegari até julho de 2018, quando deixou sua Presidência, indica um caminho bastando adverso para a Filosofia e Sociologia, e as Humanidades em geral. Isso indica certa tensão entre (des)profissionalização e (des)institucionalização contínuas no ensino de Filosofia entre nós. O que, por si só, é razão suficiente para muitos debates que, de fato, aconteceram, mas com o Governo sempre defendendo o NEM (o famigerado Novo Ensino Médio) e deixando a Filosofia em segundo plano.

A terceira razão endógena aponta na direção de dupla constatação presente numa série de dossiês, sendo, de um lado, o estudo de filósofas e filósofos que fazem parte da história da filosofia brasileira e, de outro, a construção de uma história dos departamentos filosóficos no país, bem como a história filosófica no ensino médio. Nasceu dessa intuição a organização deste dossiê, por isso, na primeira parte, reunimos os estudos dedicados a Peter Büttner, Constança Marcondes Cesar e Ernildo Jacob Stein. Seus perfis acadêmicos estão ligados ao ensino filosófico em várias regiões do país e se destacam pela tenacidade com que se dedicaram ao magistério. Na condição de intérpretes de Ernst Cassirer, Leon Brunschvig e Martin Heidegger, respectivamente, cada qual deu sua contribuição para o que conhecemos como história do ensino filosófico no Brasil. Com trajetórias acadêmicas diversas, mostram um pouco da multiplicidade e do rigor com que a filosofia profissional foi praticada, sobretudo, na segunda metade do século XX.

Na segunda parte, foram propostas histórias de alguns departamentos de filosofia – UFPR, UFAM, UFMA e PUC Minas – mostrando um pouco do engajamento teórico e, porque não político, de onde eles nasceram. Afinal, a história dos departamentos se não determina, ao menos indica as perspectivas principais em alguns períodos da constituição e formação da identidade do ensino superior de filosofia. Com esses nomes e departamentos, entre outros que ainda possam ser inclusos, a história da filosofia e do seu ensino entre nós reconduz às perguntas mais fundamentais que sempre orientam o trabalho filosófico, sobretudo, o que é filosofia? Por que filosofar?

Em um país marcado por tantas contradições históricas e desigualdade social, pôr em questão a história do ensino e a própria filosofia como tal são indícios da

importância de debate sobre a legitimidade do fazer filosófico para todos que a ele se dedicam. Ninguém pensa *in abstracto*, como dizem os portugueses, especialmente, quando o ensino profissional e a institucionalização da filosofia são postos em questão, eis mais um sinal de que a tensão entre quem pratica a filosofia e as leis da cidade ainda permanece latente. Felizmente, não se recorre mais à cicuta para calar quem filosofa, mas, infelizmente, quem governa vai às vias de fato para (des)profissionalizar e (des)institucionalizar o ensino filosófico e manter a população à margem da crítica sobre as formas de poder desgovernadas que nos tiranizam. Por essas e outras razões, os diversos dossiês sobre filosofia brasileira devem se multiplicar e ter vida longa, pois nem sempre o poder foi o melhor amigo do pensamento crítico.

Lúcio Marques
UFTM